

# Quer o país uma Escola de Saúde Pública?

CONSTANTINO SAKELLARIDES

## O que é a uma Escola de Saúde Pública?

Saúde Pública é «acção organizada» para melhorar a saúde da comunidade.

Para actuar em saúde pública, é preciso saber (conhecimento), ter as capacidades necessárias para influenciar aquilo que nos rodeia (capacitação, comunicação e inovação), e ter a vontade de o fazer (valores mobilizadores).

As «Escolas de Saúde Pública» têm protagonizado, a partir de meados do século xx, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, um movimento de contínua modernização da formação, investigação e acção em Saúde Pública.

Esta experiência de décadas na protecção e promoção da saúde foi moldando a identidade e especificidade das «Escolas de Saúde Pública», que hoje se pode resumir da seguinte maneira:

- **Conhecimento e acção:** Procuram produzir e transferir o conhecimento necessário para uma acção inteligente e não tanto produzir conhecimento que terá eventualmente que encontrar o seu caminho para ser útil. Daí a importância que

sempre se atribuiu à «transferência do conhecimento» nas «Escolas de Saúde Pública»;

- **Indivíduo e comunidade:** O enfoque principal é a comunidade assim como os subgrupos populacionais mais vulneráveis, definidos a partir de critérios epidemiológicos conhecidos — hoje com o advento de novas formas de acesso à informação (como é o caso da «genómica personalizada» ou «comercial») e sua partilha (redes sociais), acrescentam-se à abordagem tradicional novos agrupamentos organizados de «baixo para cima». A interacção indivíduo/comunidade tem sido sempre um dos principais desafios conceptuais e práticos da saúde pública;
- **Presente e futuro:** Têm intrinsecamente uma atitude prospectiva, pois pensar em «estratégias de saúde» é fundamentalmente antecipar o futuro e actuar no presente para influenciar esse futuro;
- **Natureza multi-profissional e interdisciplinar:** Caracterizam-se por contarem com uma grande diversidade de competências disciplinares, mas com um pequeno número de pessoas em cada área disciplinar («muitas espécies, poucos de cada espécie») com o fim de promover mais efectivamente a inter-sectorialidade e a multidisciplinaridade;
- **Organização interna que reflecte as concepções de saúde e de saúde pública na sociedade:** Organizam-se habitualmente em dois grandes domínios — promoção e protecção da saúde na comunidade

□

Constantino Sakellarides é director da Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa.

e gestão e organização de serviços de saúde, integrando um conjunto de disciplinas instrumentais como, por exemplo, a epidemiologia e a bio-estatística ou o direito e a economia da saúde;

- Instituições de referência de pós graduação em saúde pública: são centros de pós graduação de excelência, organizações de pequena/média dimensão de grande diferenciação no ensino, investigação e desenvolvimento em saúde pública.

Pode dizer-se, em resumo, que as Escolas de Saúde Pública são espaços de convergência de muitos e diversos saberes intimamente associadas à acção sobre o terreno — estudam, analisam, divulgam, promovem, empreendem e inovam — que conhecem bem o país onde se situam, mas também o contexto europeu e global onde este se insere, e que promovem, junto dos seus alunos valores que têm a ver com os «bens públicos» em saúde.

Em Portugal, a Escola Nacional de Saúde Pública, actualmente integrada na Universidade Nova de Lisboa, faz parte, desde há muito, deste movimento de promoção da saúde pública e, por isso, veicula a memória das melhores tradições da Saúde Pública Portuguesa, ao mesmo tempo que continua a estar na primeira linha do progresso e da inovação nas ciências e na prática da Saúde Pública.

Esta perspectiva está razoavelmente bem expressa na missão da ENSP que consta do seu novo estatuto:

«A ENSP é uma unidade orgânica, vocacionada essencialmente para o ensino do 2.º e 3.º ciclos... que desenvolve a sua missão nos seguintes planos:

- Na investigação em Saúde Pública...;
- No ensino de excelência centrado no aluno e numa visão integrada dos sistemas e das disciplinas da Saúde Pública...;
- Na articulação da investigação e do ensino com a acção e a inovação...;
- No desenvolvimento de mecanismos e metodologias que facilitem a intervenção vocacionada para o conhecimento/acção e a capacitação dos cidadãos em saúde;
- Na promoção de cooperação institucional entre distintas instituições e sectores de actividade...;
- Na contribuição, no seu âmbito de intervenção, para uma extensa cooperação internacional...»

Os conteúdos desta missão entendem-se melhor compreendendo os valores que lhe estão subjacentes e que podem sintetizar-se como se segue:

A ENSP promove a saúde como um valor em si, como qualidade de vida e como um direito, perspectivando o espírito de tolerância e a paz entre os

homens como condição essencial para a sua realização.

A ENSP promove o conhecimento e os códigos de conduta, que asseguram a sua adequada produção, disseminação e utilização. Isto contribui para um ambiente de pluralismo de opinião, independência intelectual, liberdade científica e pedagógica e respeito mútuos nas relações de trabalho e também de qualidade e rigor do ensino e da investigação.

A ENSP assume a responsabilidade social inerente à sua missão, aderindo a princípios de solidariedade e justiça social em termos locais, nacionais e globais.

Da caracterização das «Escolas de Saúde Pública» aqui esboçada, ressalta antes de mais o seu espírito de intrínseca inquietação face às dificuldades de gerir as mudanças necessárias nos sistemas de saúde, o seu carácter inovador e a tendência incómoda que manifestam em desafiar as resistências ao desenvolvimento da saúde pública.

As «Escolas de Saúde Pública» são conhecidas não só como centros de excelência no ensino e investigação em saúde pública, mas também como sede de inconformismo e pioneirismo naquilo que diz respeito ao bem-estar das comunidades em que se inserem.

O passado da ENSP, que mais abaixo se resume, confirma o que seria de esperar: posturas de inconformismo, especialmente quando se manifestam em relação a hábitos dominantes, podem ter um preço elevado.

Perguntar ao país se quer ter uma Escola de Saúde Pública, não se limita, assim, a procurar saber se a nossa sociedade está disposta a investir o mínimo indispensável para o seu contínuo desenvolvimento (aliás investimentos muito pouco significativos), mas ainda se está preparada para reconhecer a importância de centros de inovação e de não-acomodação em saúde pública, e todos os incómodos que daí derivam.

## **Evolução da ENSP nas últimas décadas**

Esta breve narrativa da evolução da ENSP nas últimas décadas inicia-se em meados da década de 60, uma vez que foi em 1966 que o nome de «ENSP» foi pela primeira vez utilizado.

Esta narrativa, centra-se nas alterações institucionais por que passou a Escola durante este período e na forma como evoluíram as relações entre a ENSP, o sistema de saúde português e a Universidade.

Por razões evidentes, os protagonistas deste processo de desenvolvimento são mencionados nominalmente só naqueles casos em que eles tenham, por uma razão ou outra, deixado de pertencer ao quadro docente da ENSP.

## Entre 1966 e 1991

Após dois breves períodos em que funcionou conjuntamente com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, primeiro (1966-1971), e como departamento de ensino do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, logo a seguir (1971-1975), a ENSP constituiu-se como uma instituição autónoma do Ministério da Saúde até 1991.

Neste período, a ENSP dedicou-se essencialmente à formação de especialistas, nos vários domínios da Saúde Pública, necessários ao sistema de saúde português.

Os seus docentes eram, na sua maioria quadros técnicos superiores provenientes das várias instituições do Ministério de Saúde, grande parte deles altamente empenhados nas diversas frentes de transformação do sistema português de saúde, então em curso.

A ENSP passou a ser, sem sombra de dúvida, o mais importante centro de reflexão e debate sobre a saúde em Portugal, e o local privilegiado de formação de especialistas em Saúde Pública, Medicina do Trabalho e Administração Hospitalar.

Nessa altura um considerável número de docentes da ENSP tinha como cenário mais desejável para o desenvolvimento da ENSP, a adopção de um dispositivo de «dupla tutela» — acrescentar à tutela do Ministério da Saúde (continuar a assegurar uma estreita ligação aos serviços de saúde), uma tutela do Ministério da Educação/Ensino Superior, que permitisse à ENSP a concessão de graus académicos.

A direcção da ENSP, durante esse período preparou cuidadosamente esse caminho — assegurou que todos os concursos para provimento de cargos docentes na Escola seguiam as regras então em vigor nas Universidades.

Pelo que acima se descreve é fácil compreender a influência da ENSP no desenvolvimento do sistema de saúde português durante este período: no lançamento do Programa Nacional — Plano Nacional de Vacinação (Arnaldo Sampaio, Bandeira e Costa, 1965), na reforma hospitalar de 1968 (Coriolano Ferreira, Caldeira da Silva), na concepção e desenvolvimento dos Centros de Saúde em Portugal (a partir de 1971, Gonçalves Ferreira, Arnaldo Sampaio, Lopes Dias) nas Estatísticas de Saúde (Amélia Leitão), na Saúde Escolar (Fernanda Navarro), na Saúde Ambiental (Lobato de Faria), na Saúde Ocupacional (Mário Faria), na Saúde Mental (Sampaio Faria e João Sennfelt), na Gestão Financeira da Saúde (Augusto Mantas), na Economia da Saúde (Correia de Campos).

A contiguidade física e a forte contribuição de especialistas do Instituto Ricardo Jorge de elevada competência técnica nas disciplinas biomédicas (Laura

Ayres, Aloísio Coelho, Adriana Figueiredo, Armindo Filipe) nas actividades docentes da ENSP, permitiu, durante este período, uma forte cooperação entre as duas instituições, com óbvios benefícios mútuos.

Em finais da década 70, a Escola Nacional de Saúde organizou com a colaboração do British Council e de um grupo de clínicos gerais do Royal College of General Practitioners, liderado pelo seu presidente de então, John Horder, um seminário para debater o possível desenvolvimento de uma carreira de clínica geral no país.

Aproximadamente na mesma altura, vários docentes da Escola participaram no desenho daquilo que viria a ser o Serviço Nacional de Saúde (Gonçalves Ferreira, Arnaldo Sampaio, Correia de Campos, 1979). Nem tudo eram, no entanto, vantagens na tutela do Ministério da Saúde. Em determinadas ocasiões não deixou de haver pressões para a ENSP deixar de seleccionar os seus alunos (isso passaria a ser feito pelo serviços centrais do Ministério da Saúde) ou para admitir docentes sem qualificação adequada (por convite e não por concurso).

Os órgãos científicos e directivos da ENSP fizeram sempre questão de resistir ao inaceitável.

E as consequências disso fizeram-se sentir de mais de uma maneira.

## 1991-1994

O governo decide transferir a ENSP do Ministério da Saúde (Arlindo de Carvalho) para o Ministério da Educação (Cruz dos Santos) e uma vez aí extingui-la. Esta extinção só não chegou a concretizar-se — acabando a ENSP por ser «transferida» para a Universidade Nova de Lisboa — pela acção conjunta da direcção da Escola (Caldeira da Silva), dos reitores das três universidades de Lisboa, e pela reconhecida transitoriedade dos cargos ministeriais.

No entanto, se a extinção foi evitada, a interrupção da actividade docente durante este período, teve consequências fortemente desmobilizadoras e efeitos a longo prazo na estabilidade, renovação e progressão académica do corpo docente da ENSP, que só o trabalho e dedicação das direcções que se seguiram a este período difícil conseguiram minimizar (Caldeira da Silva, Galvão de Melo).

## 1995-2009

Apesar das múltiplas consequências daquelas circunstâncias adversas, a ENSP, agora uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa, continua fortemente associada a muitas das iniciativas de

modernização e inovação do sistema de saúde português: — o novo «Estatuto Jurídico Hospitalar» que iniciou uma nova etapa no desenvolvimento hospitalar do país (Vasco Reis, 1996); os processos de «contratualização em saúde» que alteram significativamente as relações entre financiador e prestador na saúde (a partir de 1996); a adopção no país de uma «estratégia de saúde/plano de saúde» (a partir de 1998); o início e desenvolvimento da reforma dos cuidados de saúde primários (a partir de 1996), que está a transformar os centros de saúde do país; a revisão da legislação de saúde pública do país (a partir de 2007).

Com a sua inserção na universidade, a ENSP promove mais activamente a progressão académica dos seus docentes, acrescenta aos seus cursos de especialização, cursos de mestrado (saúde pública e gestão de saúde) e doutoramentos em saúde pública, colabora com outras faculdades no desenho e implementação de novas ofertas académicas e reforça o seu trabalho em investigação em saúde.

### **A ENSP no contexto de uma Universidade em transição**

A universidade portuguesa tem experimentado, principalmente no decurso dos últimos cinco anos, importantes alterações nos quadros de referência em que tradicionalmente se tem movido: o processo de Bolonha; a adopção e implementação do novo Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior (REJIES); uma importante transferência de recursos do financiamento «directo» às universidades para o financiamento das acções de investigação e desenvolvimento.

#### **Processo de Bolonha**

A ENSP adoptou rapidamente a sua oferta académica aos requisitos «administrativos» do processo de Bolonha. Foi um período de trabalho inóspito, esperando-se que constitua uma base útil para a fase seguinte — mudar essencialmente o processo de aprendizagem em Saúde Pública: mais centrado no aluno; melhor articulado com os programas de investigação, desenvolvimento e inovação em curso; mais contextualizado na sociedade dos nossos dias.

Tecnologicamente a ENSP está preparada para fazer face a estes desafios: a plataforma de ensino à distância (a ENSP começou com a sua própria plataforma, para depois adoptar aquela que é comum ao conjunto da Universidade); um conjunto de páginas/portais *web* associados a vários dos seus projectos

de investigação e desenvolvimento; experiência na produção de textos partilhados (*wikis*), são alguns exemplos.

A ENSP beneficia também, para este efeito, de um «Centro de Documentação e Informação» particularmente competente, com um acervo notável de revistas referentes às várias especialidades da Saúde Pública e com amplo acesso a bases de dados para consulta bibliográfica. A isto há que acrescentar uma actividade editorial que constitui desde há muito, um serviço inestimável ao país, especialmente naquilo que diz respeito à edição da Revista Portuguesa de Saúde Pública (*Quadro I*).

Docentes e ex-alunos da Escola, com o apoio persistente da instituição, têm-se constituído em importantes movimentos associativos no âmbito da saúde pública, e representam uma forma efectiva de inserção da ENSP na sociedade que a sustenta e serve (*Quadro II*).

No âmbito deste processo prevê-se, a relativamente curto prazo, uma maior «aproximação» entre os cursos de especialização (que constituem formação de pós-graduação avançada) e os cursos de mestrado e doutoramento, pois esta distinção baseia-se numa lógica, que em grande parte, já está ultrapassada.

#### **Implementação do REJIES**

O novo Regime Jurídico para as Instituições do Ensino Superior (REJIES) deverá trazer à governação das universidades dois atributos que lhes têm feito falta: uma maior capacidade de intervenção e decisão dos executivos das universidades e uma contribuição mais visível da sociedade na sua governação.

A ENSP elaborou o seu novo estatuto e constituiu o seu Conselho de Escola de forma a assegurar razoavelmente a representação dos diferentes sectores da Escola neste órgão, assim como a colaboração valiosíssima na sua governação de personalidades externas à instituição.

Estes processos não foram destituídos de dificuldades várias, mas acabaram por ter bons resultados. O próximo passo é a eleição do novo director da ENSP. Para que este esforço interno frutificasse convenientemente seria necessário que no conjunto da universidade, se deixassem de verificar três obstáculos de considerável importância para o desenvolvimento da ENSP: a percepção de que as instituições de mais pequenas dimensões como a ENSP, têm pouco peso, se algum, nas decisões da universidade; que a especificidade da ENSP, uma «marca» de elevado prestígio no país, passasse a ser vista e tratada mais como

---

um valor para o conjunto da Universidade do que uma dificuldade a superar; que passasse a haver financiamento efectivo para as linhas de investigação e desenvolvimento em saúde pública.

## Investigação, desenvolvimento e inovação

Tem-se acentuado felizmente no país durante os últimos anos, a tendência para se estabelecerem disposi-

### Quadro I

#### Actividade editorial da ENSP e colaboração editorial com outras entidades

---

1. Revista Portuguesa de Saúde Pública

Editada desde 1983, a Revista Portuguesa de Saúde Pública (RPSP), é uma publicação científica e técnica, dotada de uma Comissão Científica com *double blind peer review*.

Para além dos números regulares, a RPSP passou em 1999 a editar números temáticos tendo já coberto as seguintes áreas: «Clima e Saúde», «Cuidados de Saúde Primários», «Economia da Saúde», «Novos Modelos de Gestão da Saúde em Portugal»; «Avaliação do Desempenho em Meio Hospitalar», «Saúde Ocupacional», «Administração Hospitalar» e «Qualidade em Saúde».

A RPSP foi integrada, em Abril de 2009, na plataforma SciELO — Scientific Electronic Library Online, biblioteca virtual em Open Access.

---

2. Colecções: Cadernos de Saúde e Obras Avulsas

A ENSP editou a Colecção Cadernos de Saúde. Os primeiros números foram editados no fim dos anos 70: *O serviço de cuidados primários de saúde (Centro de Saúde): princípios gerais e reflexões sobre uma experiência; Panorama geral da rede hospitalar oficial: hospitais gerais, centrais e distritais e As centralizações hospitalares*. Os últimos — *Dispositivo informático e sua utilização em saúde e medicina e Avaliação económica de programas de saúde*, foram editados em 1986.

As edições avulsas incluíram os títulos: *Elementos de programação de hospitais e centros de saúde; Sociedade, saúde e economia; Temas de saúde materna, infantil e escolar; A combinação público-privada em saúde: privilégios, estímulos e ineficiências*. Os títulos: *Aspectos gerais de toxicologia para médicos do trabalho e Estatística, bom senso e bom gosto* foram editados em 2002 e 2007, já como colecção Obras Avulsas.

---

3. Obras em co-edição com outras instituições

Aqui incluem-se obras como: *Livro de homenagem ao Professor Arnaldo Sampaio*, em co-edição com o INSA e a DGS, 1980; *The great maritime discoveries and world health*, em co-edição com a Ordem dos Médicos e o Instituto de Sintra, 1991; *Direito da saúde e bioética*, em co-edição com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1996; *Gestão em saúde: um espaço de diferença*, em co-edição com a Schering-Plough, 2007; *Law and ethics in rationing access to care in a high-cost global economy*, em co-edição com a School of Public Law da Universidade de Boston, 2008; *Quality and safety improvement research: methods and research practice from the International Quality Improvement Research Network*, em co-edição com o MMC do Instituto Karolinska, 2008 e *Relatórios da Primavera do OPSS — Observatório Português de Sistemas de Saúde*, em parceria com outras instituições académicas, de 2001 a 2009.

---

4. Colaboração editorial com a OMS

No âmbito de uma parceria regular como Centro Colaborador da OMS, a ENSP estabeleceu um protocolo com aquela entidade no sentido de efectuar a tradução e edição da *Epidemiologia básica*, destinada a ser utilizada na formação de base de alunos de medicina e de saúde pública, assim como na formação complementar de profissionais de saúde em geral quer em Portugal quer nos PALOP.

---

5. Contribuições para as colecções *Olhares sobre a Saúde* da editora Almedina e *Saúde* (dirigido ao público), da editora Gradiva

Em 2005 e em 2008 foram editadas as obras *De Alma a Harry: crónica da democratização da saúde* e *Reformas da Saúde: o fio condutor* (Almedina).

Materializando reflexões resultantes do trabalho da equipa do projecto: *Análise da Resposta Social à Gripe Pandémica* da ENSP, foi editada, em Novembro de 2009, a obra: *Nós e a gripe: informação, conhecimento e bom senso* (Gradiva).

---

tivos de investigação, desenvolvimento e inovação com uma massa crítica de investigadores de qualidade, de carácter interinstitucional e com significativos componentes de internacionalização.

A ENSP, apesar de todas as dificuldades deste período de transição, preparou-se para poder dar um salto qualitativo neste domínio, em várias frentes (*Quadro III*): naquilo que diz respeito predominantemente à área de investigação criou o Centro de Investigação e Estudos em Saúde Pública (CIESP) e passou a fazer parte do Consórcio de Investigação em Saúde Pública (em constituição); no domínio do desenvolvimento e inovação tomou a iniciativa de criar o Centro de Inovação e Desenvolvimento em Saúde (CIDES) e integrou-se no Health Cluster Portugal.

No entanto, há que referir que estes dispositivos organizacionais de apoio à investigação, desenvolvimento e inovação acima referidos estão ainda a dar os seus primeiros passos, e muito haverá ainda que fazer para os realizar e consolidar plenamente.

Apesar disso, pode dizer-se que estas iniciativas têm hoje uma base real na ENSP, que pode ser apreciada sob o ponto de vista dos domínios de investigação e desenvolvimento em que actua (cujas áreas prioritárias são referidas várias vezes ao longo deste trabalho) naqueles aspectos em que contribui decisivamente para o desenvolvimento do sistema de saúde português (*Quadro IV*), e naquilo que têm sido as suas iniciativas de internacionalização (*Quadro V*). Pelo acima exposto pode dizer-se, com algum conhecimento de causa, que dificilmente se encontrará no contexto europeu, e mesmo para além deste, uma instituição com as dimensões da ENSP (19 docentes, em tempo completo, e 20 docentes convidados a tempo parcial) que tenha influenciado tão positivamente o pensamento e acção na sociedade e no sistema de saúde onde está inserida, como o tem feito a ENSP. A habitual «não contabilização» das acções que derivam da identidade e especificidade da ENSP na forma como a Escola é representada na Universi-

## Quadro II

### Movimentos associativos desenvolvidos a partir da ENSP e/ou com sede na ENSP

1. Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública (APPSP)  
Instituição com finalidades de Saúde e de Solidariedade Social, a APPSP tem como objectivos:
  - promover a Saúde;
  - estimular e apoiar a articulação das actividades de Saúde com as de outros sectores, coadjuvando os serviços públicos competentes e as instituições particulares, num espírito de entreatajuda, solidariedade e colaboração.
2. Associação Portuguesa de Economia da Saúde (APES)  
Aberta a todos os profissionais que se interessem pelas matérias e métodos aplicados no domínio da Economia da Saúde e pretende promover o estudo, discussão e divulgação da Economia da Saúde em Portugal, a APES tem por objectivos:
  - a promoção da Economia da Saúde através da divulgação técnica e científica;
  - a publicação de uma newsletter e de outras publicações regulares;
  - o desenvolvimento da cooperação na matéria a nível internacional;
  - a criação e manutenção de um centro de documentação;
  - o desenvolvimento e organização de Encontros, Seminários e Jornadas;
  - a colaboração em estudos e projectos de análise económica aplicada à saúde.
3. Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH)  
Associação de profissionais da área de gestão hospitalar, a APAH tem como objectivos principais a representação dos seus associados e a sua promoção social e deontológica, desenvolvendo a sua actividade em várias áreas, designadamente:
  - promoção de estudos e discussão de temas da área da saúde;
  - realização de cursos e conferências sobre matérias da área da saúde particularmente as de maior actualidade;
  - publicação de assuntos da área da saúde através de uma revista técnica especializada;
  - desenvolvimento de contactos com outras associações congéneres nacionais e estrangeiras.
4. Sociedade Portuguesa de História dos Hospitais  
Associação de direito privado sem fins lucrativos, a SPHH tem como Missão o estudo, discussão e divulgação da história hospitalar, tanto nacional como internacional.

dade, também justifica a interrogação que este trabalho suscita: quer o país (e a Universidade) uma Escola de Saúde Pública?

### **A ENSP como uma plataforma interactiva para o conhecimento, a acção e a inovação em saúde pública**

O passado e o presente da ENSP proporcionam uma base sólida para pensar no seu futuro. Esse deverá ser traçado e percorrido sob a liderança dos futuros dirigentes da ENSP, segundo aquilo que os interesses da saúde requerem e as circunstâncias aconselham.

Em saúde a distribuição das competências nos domínios do ensino, investigação e desenvolvimento pode organizar-se razoavelmente em quatro domínios distintos: bio-médico; clínico; saúde pública (promoção e protecção da saúde na comunidade; organização e gestão dos serviços de saúde); e saúde global.

É altamente relevante para a saúde pública portuguesa que a ENSP mantenha a sua «marca» de identidade neste domínio, melhorando continuamente a sua prestação na investigação, transferência de conhecimentos e serviço à comunidade.

Para que a Escola desempenhe bem o seu papel como plataforma interactiva para o conhecimento, acção e inovação em saúde pública, como centro de

### **Quadro III**

#### **Redes de investigação e desenvolvimento nas quais a ENSP está inserida**

1. CIESP



O Centro de Investigação e Estudos em Saúde Pública (CIESP), é uma estrutura na dependência directa do Conselho Científico da ENSP, de natureza interdisciplinar que, no âmbito da ENSP, visa a promoção e a coordenação da Investigação Científica em Saúde Pública e domínios afins.

As suas linhas estratégicas estão particularmente direccionadas para as áreas de Epidemiologia, Saúde Pública, Administração e Gestão em Saúde, Saúde Ocupacional, Saúde Ambiental, Economia da Saúde, Políticas da Saúde e Desenvolvimento Social e Comunicação em Saúde.

2. R&D Consortium «Public Health»  
(Consórcio de Investigação em Saúde Pública)

The partners gathered to propose this Consortium, which include two State Laboratories, decided to present a proposal of an R&D consortium named «Public Health», with the goal of promoting health research, in order to obtain health gains through a multidisciplinary collaboration of synergic institutions.

3. CIDES



O CIDES pretende constituir-se como uma plataforma horizontal, interinstitucional e intersectorial, integrando unidades universitárias, serviços de saúde, indústrias e serviços tecnológicos de diversos tipos. O CIDES promove parcerias e recolhe os recursos necessários para permitir o desenvolvimento de projectos inovadores que provam melhor saúde e bem-estar da comunidade.

4. Health Cluster Portugal



O Health Cluster Portugal — Pólo de Competitividade da Saúde (HCP), tem como objecto principal a promoção e o exercício de iniciativas e actividades tendentes à criação de um pólo nacional de competitividade, inovação e tecnologia de vocação internacional. Promove e incentiva a cooperação entre as empresas, organizações, universidades e entidades públicas, com vista ao aumento do respectivo volume de negócios, das exportações e do emprego qualificado, nas áreas económicas associadas à área da saúde, bem como à melhoria da prestação de cuidados de saúde.

#### Quadro IV Contribuição da ENSP para o sistema de saúde português na actualidade

Domínio	Contribuição
1. Análise das políticas e da governação da saúde	A ENSP constitui um centro de referência em políticas de saúde e os seus docentes são co-fundadores do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, que publica anualmente desde 2001 o «Relatório de Primavera» sobre a governação da saúde em Portugal.
2. Plano de saúde/estratégias locais de saúde	A ENSP constitui um centro de referência em planeamento da saúde, os seus docentes têm participado na concepção e implementação das estratégias/planos de saúde no país — actualmente a ENSP colabora com o ACS, coordenando a iniciativa «estratégias locais de saúde».
3. Cuidados de saúde primários	A ENSP tem tido um papel fundamental na concepção e implementação dos cuidados de saúde primários no país, desde 1971 até ao presente. Actualmente membros do corpo docente participam na Missão dos CSP e no Grupo Consultivo da Ministra da Saúde para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários.
4. Hospitais	A ENSP é a única instituição portuguesa que trabalha continua e sistematicamente na análise comparativa do desempenho dos hospitais portugueses, e no acompanhamento sob o ponto de vista do desempenho de hospitais e unidade locais de saúde, em colaboração com os serviços de saúde.
5. Promoção da saúde e literacia em saúde	A ENSP desenvolve em colaboração com os serviços de saúde e o INSA projectos pioneiros no domínio da capacitação do cidadão, na «transferência do conhecimento» e na literacia em saúde.
6. Protecção da saúde	A ENSP colabora com a DGS na análise da efectividade do programa da tuberculose pulmonar e na análise da resposta social à pandemia de gripe em curso.
7. Contratualização em saúde	A ENSP e os seus docentes tiveram um importante papel na concepção e implementação da contratualização nos serviços de saúde do país. A ENSP colabora actualmente com o Ministério da Saúde (ACSS) na análise e desenvolvimento da contratualização em Portugal.
8. Economia da saúde	A ENSP constitui desde há muito um centro de referência da economia da saúde e os seus docentes contribuem regularmente na análise do custo-efectividade dos programas de saúde, em estudos de fármaco-economia em colaboração com instituições públicas e privadas, e em trabalhos sobre o financiamento da saúde (relatório da Sustentabilidade Financeira do SNS, entre outros).
9. Saúde ocupacional	A ENSP constitui instituição de referência no ensino e investigação em saúde ocupacional, muito particularmente na Medicina do Trabalho, em domínios diversos como as lesões músculo-esqueléticas, a toxicologia ocupacional, a protecção da saúde em meio laboral, e a medicina do trabalho dos profissionais de saúde.
10. Direito da saúde, Biodireito e Bioética	A ENSP tem tido um papel pioneiro no ensino do Direito da Saúde, na formação em saúde pública, quer a nível nacional quer internacional e colaborou significativamente na elaboração da nova legislação sobre protecção da saúde.

pós graduação de excelência para aspectos críticos da saúde pública actual, centrado no 3.º ciclo de Bolonha, com iniciativas muito especializadas e parcerias selectivas para as acções do 2.º ciclo, serão necessários pequenos ajustamentos ao seu dimensionamento actual.

Isso implica entre outras coisas: (a) algum reforço do seu núcleo duro (aqueles docentes e investigadores que trabalham na Escola a tempo completo; (b) repensar o tipo de «recursos docentes partilhados» (com outras unidades orgânicas das universidades e serviços de saúde) de acordo com o essencial da sua missão e programa de acção, e finalmente (c) uma gestão mais intensa e rigorosa das redes de investigação, desenvolvimento e inovação em que a Escola está inserida (*Figura 1*).

Esse cenário não incorre em qualquer aumento significativo de financiamento, nem em valor relativo e muito menos em valor absoluto, bastando reaproximar a contribuição do OGE para o financiamento da Escola para valores próximos dos que se observavam no princípio da década corrente. Isto já leva em consideração o esforço que a ENSP tem vindo a fazer no sentido de assegurar receitas próprias.

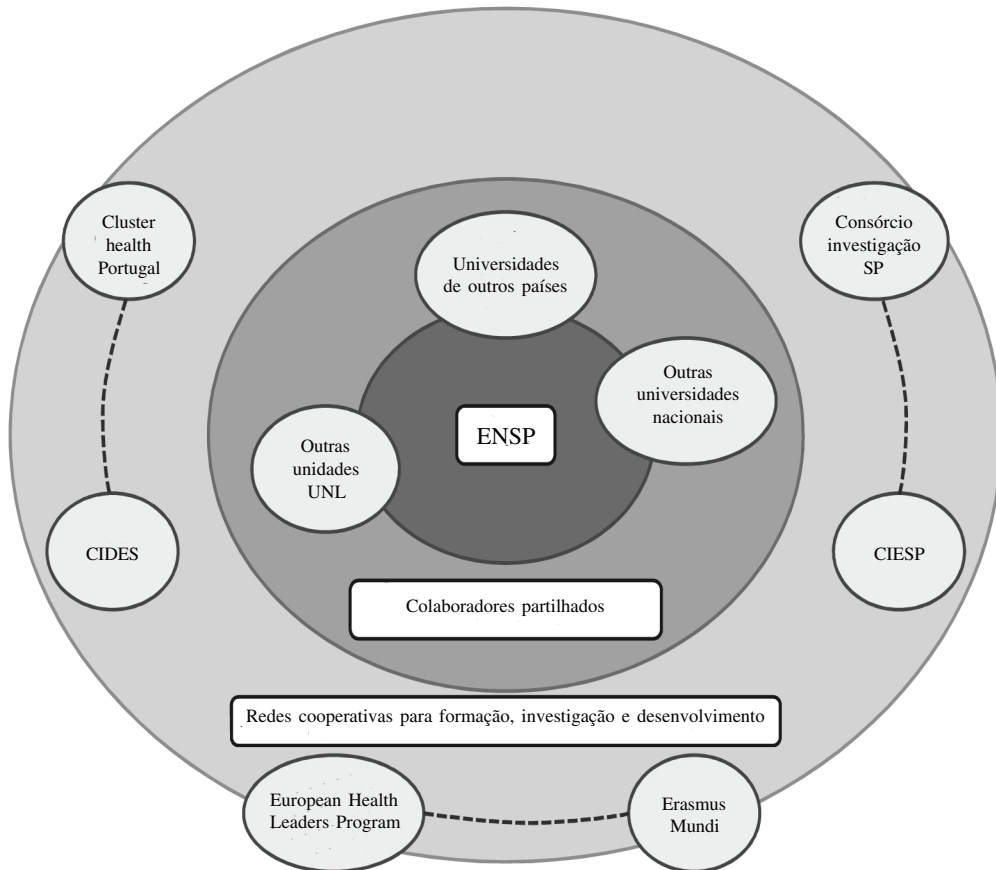
É evidente que este cenário, ou qualquer outro, não é viável se as instituições universitárias continuarem a elaborar, ano após ano, estratégias e planos de acção que ninguém lê (ou se lêem não há nunca notícias ou *feedback* conhecido), e a padecerem de cortes orçamentais continuados sem critérios claros e previamente definidos para o financiamento das instituições de pós graduação.

### Quadro V Internacionalização das actividades da ENSP

Domínios	Entidades cooperativas
1. Inovação em saúde	European Public Health Association. Um dos docentes da ENSP é actualmente presidente da Associação Europeia de Saúde Pública.
2. Investigação sobre «transferência de conhecimento» e promoção da literacia em saúde	Harvard Medical School A ENSP em colaboração com investigadores da Harvard Medical School submeteu dois projectos de investigação neste domínio ao programa Harvard MS/Portugal. Observatório Europeu de Políticas e Sistemas de Saúde/EU Projecto BRIDGE — transferir conhecimento da investigação para a formulação de políticas de saúde.
3. Programa de saúde	Rede Europeia: Monitoring Positive Mental Health Environments — projecto de âmbito europeu financiado pela UE. Rede Europeia: Sustainable Promotion of Health Latin American through Migrants' life course — European Network of Excellence. Cooperação Portugal-Brasil: Projecto «Portugal a Sorrir».
4. Doenças transmissíveis	Rede Europeia: Public Health Law to Support Pandemic Influenza Preparedness.
5. Qualidade em saúde e segurança do doente	Rede Global: Quality Improvement Research Network (Sede no Karolinska Institute, Estocolmo).
6. Desempenho das organizações de saúde	Jefferson Medical College of Thomas Jefferson University — Center for Research in Medical Education and Health Care.
7. Recursos da saúde	Rede Ibero-americana: Determinantes da migração de profissionais de saúde. Rede Europeia: Financing system's effect on quality of healthcare. Thomas Jefferson University; Boston University School of Medicine; Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health: health care financing.
8. Mestrado internacional	Programa Erasmus Mundi: Mestrado em políticas do bem-estar (Universidades de Évora, Autónoma de Barcelona e École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris).
9. Formação avançada de âmbito Europeu	European health leaders programme Universities of Utrecht, Semmelweis, Karolinska (Institute), Durham.

**Figura 1**

**ENSP como uma plataforma de referência para o ensino, a investigação e o desenvolvimento da saúde pública:** identificando recursos a partilhar com outras instituições que podem contribuir para saúde pública, inserindo-se em redes cooperativas nacionais e internacionais



As instituições universitárias, como quaisquer outras, necessitam de um diálogo real, aberto, transparente, objectivo e exigente com o seu financiador público, baseado numa estratégia de desenvolvimento previamente acordada e contratualizada, periodicamente avaliada. Isto, que começou a ser feito há mais de uma década em instituições significativamente mais complexas que as de ensino e investigação, como são as da saúde, necessita de começar também a fazer o seu caminho nas universidades.

Esta será a única forma de superar critérios grosseiramente inadequados à missão da universidade e procedimentos massificados que «deitam a criança fora com a água do banho», diluem a identidade das instituições que é necessário preservar, dão asas ao livre arbítrio, e desconsideram aqueles que querem ser

bons professores, investigadores competentes e cidadãos atentos e empenhados.

Quer o país uma Escola de Saúde Pública?

A resposta não pode continuar a ser dada por defeito ou omissão — não respondendo à pergunta.

Esta não é definitivamente de uma questão de natureza financeira.

Esta é necessariamente uma questão de política educativa, de política de investigação e desenvolvimento e de política de saúde.

Estes são os factos mais relevantes do passado/presente da ENSP, relatados fielmente, comentados e perspectivados segundo as convicções do autor. É também um breve apontamento sobre o seu futuro. E convicções são o que permanece, independentemente das circunstâncias, do meio envolvente e dos cargos que eventualmente se desempenham.